

Revisão literária sobre a participação política de mulheres em conselhos, sob a lente da ação pública

Larissa Antunes Zanotti

Jacqueline Machado Isaac Brigagão

Com o objetivo de conhecer o estado da arte da participação política das mulheres em conselhos, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, afim de aprofundar a compreensão sobre o que tem sido publicado na literatura a esse respeito. Para tanto, esse estudo adotou uma abordagem qualitativa e utilizou as bases de dados Scielo e Scopus para identificar artigos relevantes publicados entre 2019 e 2023. Foram selecionados 12 artigos que serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin. O objetivo é categorizar as percepções e possíveis causas presentes na literatura, identificando elementos convergentes e divergentes, destacando lacunas que precisam ser preenchidas na pesquisa sobre a participação das mulheres em conselhos. Esse estudo contribuirá com um panorama da literatura existente e identificando possíveis áreas de pesquisa futura. A análise dos artigos permitirá compreender as potencialidades e limitações das discussões realizadas até o momento, promovendo uma visão mais abrangente sobre o tema e suas implicações na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento da participação das mulheres na tomada de decisões políticas, considerando os conselhos enquanto espaços de ação pública.

Resumo expandido

As práticas de inclusão da sociedade civil nos processos decisórios de políticas públicas definem a participação social, que no Brasil emerge em meio ao contexto de lutas pela redemocratização do país. Como resultado da busca por participação, nos últimos anos houve um aumento expressivo de conselhos gestores de políticas públicas em todo o Brasil, o que trouxe consigo uma diversificação temática ou de áreas de políticas. A expansão dos conselhos como modelo preferencial para institucionalização da participação acarretou em multiplicação das áreas em que foram implementados, somados a uma considerável variação quanto à sua inserção institucional no correspondente setor de políticas. Nesse sentido, conselhos fracamente integrados ao seu setor, possuem maior dificuldade de obter efeitos práticos para suas decisões (LAVALLE, VOIGT, SERAFIM, 2016).

Mediante um contexto de mobilizações feministas pelo mundo, em 1975 a Organização das Nações Unidas declarou o "Ano Internacional da Mulher", a partir da realização histórica da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher. Nesse cenário, e em meio à lutas pela redemocratização no Brasil, movimentos sociais colocaram como pauta demandas contra discriminações e desigualdades, impulsionando novas formas de participação social, como o movimento feminista. Sendo assim, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher surge em 1985 como uma conquista de movimentos de mulheres enquanto forma de mobilização da sociedade civil organizada no âmbito institucional do Estado (COLONEZA, MORANI, 2013), com vistas a assegurar a participação das mulheres

em atividades políticas. Segundo Lavallo, Voigt e Serafim (2016), há padrões de expansão de conselhos impulsionados por mecanismos fortes de indução federal, com repasses condicionados de recursos. O CNDM foi criado vinculado ao Ministério da Justiça, com intuito de promover políticas públicas que eliminasse a discriminação contra mulheres e garantissem maior participação em atividades políticas. Posteriormente, o Conselho passa a compor a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, composto por representantes da sociedade civil e do governo (COLONEZA, MORANI, 2013). Apesar do CNDM responder diretamente ao presidente, conseguiu obter certa autonomia financeira e administrativa, formalizando a participação do movimento de mulheres através de um conselho deliberativo (MONTAÑO, 2003).

Os conselhos são espaços de ação pública, em que se evidencia uma mobilização coletiva de múltiplos atores, o qual segundo Cefai (2017) surge quando membros de uma coletividade, sentindo-se preocupados, de forma direta ou indireta, por uma situação com que se deparam, se dispõem para uma ação conjunta, a fim de tentar resolver tal contexto problemático. Diante desse contexto, com vistas a contribuir com discussões a respeito de gênero, importância da participação social e atuação política das mulheres em conselhos, esse trabalho tem como objetivo principal conhecer sobre o estado da arte da participação política de mulheres em conselhos, apresentando os resultados de uma revisão sistemática da literatura a respeito da temática, aprofundando o entendimento sobre o que foi publicado na literatura sobre a ocupação de mulheres em espaços de participação, levantando possíveis problemas de pesquisa com vistas a orientar futuras investigações sobre o tema, identificando limitações e sugestões para pesquisas futuras.

A revisão da literatura como um fim em si mesma é feita quando se busca sistematizar o conhecimento sobre determinado assunto, conhecendo profundamente o que já se sabe e identificando quais as lacunas sobre determinado tema escolhido. A revisão da literatura, feita através da reunião de diversos estudos da área, pode ser caracterizada como uma busca sistematizada de informações que já foram publicadas no meio científico, logo é possível identificar o que já foi relatado sobre a temática, conhecendo seu estado da arte. Para tanto, é preciso identificar quais palavras-chave são adequadas aos estudos que serão pesquisados, e, por conseguinte, depois de uma breve leitura no título ou resumo, quando necessário, alguns dos artigos poderão ser ou não selecionados para a revisão (BOING, BOING, 2010).

O aporte metodológico propõe uma inspiração no conceito de uma análise pragmatista, que segundo (ANDION, 2021) considera que as políticas públicas, compreendidas pela lente da “ação pública” são promovidas por diferentes atores em

resposta aos problemas públicos vivenciados. Logo, os atores aparecem nas arenas públicas e interagem visando o bem público diante da pluralidade do que provoca o “interesse” em uma ação coletiva (CEFAI, 2009) e se transformam mediante processos de cooperação e comunicação. Nesse sentido, a ação coletiva origina critérios de experiência que permitem que seus atores se orientem e compreendam o que fazem e, portanto, determina-se a pertinência dos atores em seus contextos de experiência e o sentido que agregam a suas ações. Nessa lógica, tais atores controlam as situações com que têm que lidar, mediando processos de investigação, de experimentação e deliberação (CEFAI, 2009). Logo, a ação coletiva pode ganhar uma amplitude maior e afetar pessoas distantes daquelas que são diretamente tocadas (DEWEY, 2003), levando a uma mobilização comum acerca dos problemas públicos.

Este estudo possui caráter qualitativo, somado a um embasamento teórico a partir de pesquisa bibliográfica e se serviu de uma revisão sistemática da literatura como estratégia de pesquisa, com vistas a compreender o que tem sido estudado entre os anos de 2019 e 2023 a respeito da participação política de mulheres, especificamente sobre sua participação em conselhos, identificando as potencialidades das discussões realizadas e quais lacunas precisam ser preenchidas. A partir do conteúdo identificado, será utilizado procedimento de análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977) para categorizar as percepções e possíveis causas presentes nos trabalhos e interpretação dos dados coletados, sob a ótica de uma abordagem pós-positivista, em que o processo de pesquisa e seus resultados são infundidos com significados sociais, muitas vezes na forma de pressupostos sociais e políticos, interpretados por diversos atores, por exemplo, comunidades de especialistas, grupos sociais ou público em geral (FISCHER et al, 2015).

Para tanto, foram seguidas as seguintes etapas: utilizando as bases de dados Scielo e Scopus foram aplicados os descritores: “participação mulheres”, “participação políticas e mulheres”, “participação em conselhos e mulheres” e este último também em inglês e espanhol, “participación en consejos y mujeres” e “participation in councils and women”. As palavras-chave estavam presentes no título, resumo ou palavras-chave dos trabalhos, e foi aplicado apenas um filtro na busca, delimitando os artigos publicados entre os anos de 2019 e 2023. As buscas foram realizadas no dia 08 de junho de 2023, logo os trabalhos encontrados dizem respeito a publicação anterior a esta data.

Como resultado geral, nas duas bases de pesquisa, foram encontrados cerca de 665 artigos, para examiná-los adotou-se a estratégia a seguir: no Scielo, o descritivo “participação mulheres” resultou em 387 artigos, considerando o alto número, optou-se por uma palavra-chave mais específica, “participação política e mulheres”, dos 61 artigos

encontrados 50 foram excluídos pelo próprio título indicar que a temática não estava relacionada com o intuito da pesquisa. Dos artigos restantes, 6 foram excluídos após uma leitura do resumo do artigo, que indicava não ter proximidade com a temática aqui trabalhada, por fim dessa seleção foram lidos 5 artigos. Na mesma base de dados, os demais marcadores “participação em conselhos e mulheres”, “participación en consejos y mujeres” e “participation in councils and women”, resultaram em 10 artigos, excluindo 5 pela leitura do título, 3 por repetição, assim apenas 1 artigo novo foi lido. Logo, utilizando esses marcadores e essa base de dados, pôde-se aproveitar 6 artigos para leitura e análise, sendo 1 em espanhol, 1 em inglês e 4 em português.

Posteriormente, utilizando as mesmas palavras-chave no Scopus foram encontrados 207 artigos. Curiosamente, diferente da base utilizada anteriormente, o descritivo “participação mulheres” encontrou apenas 17 artigos, destes 9 foram excluídos pelo título por não tratarem de participação política de mulheres, 5 excluídos após leitura do resumo, 1 artigo já havia sido identificado anteriormente e 2 novos foram lidos. O marcador “participação política e mulheres” resultou em apenas em 3 artigos, que também estavam presentes no Scielo. As palavras-chave “participação em conselhos e mulheres”, escrita em português, não encontrou nenhum resultado, o mesmo para o descritor escrito em espanhol. Por fim, ao utilizar “participation in councils and women”, em inglês, foram encontrados 187 artigos, e excluindo artigos pelo título, leitura do resumo e por repetição, foram lidos 5 novos artigos, apenas 1 artigo não estava disponível para download. Em suma, dessa base foram encontrados 6 trabalhos relacionados a conselhos e participação de mulheres, sendo 4 escritos em português e 2 em inglês.

Dentro dessa ordem, os resultados e discussões contarão com técnica de análise de conteúdo, com classificação e categorização dos materiais, pois facilitará a sistematização do volume de dados apresentados em todos os 12 artigos encontrados. Para tanto, será produzido um quadro valorativo e significativo da literatura produzida, ordenando elementos convergentes e divergentes dos estudos, identificando possíveis lacunas a serem preenchidas. Esse estudo contribuirá com um panorama da literatura existente e identificando possíveis áreas de pesquisa futura. A análise dos artigos permitirá compreender as potencialidades e limitações das discussões realizadas até o momento, promovendo uma visão mais abrangente sobre o tema e suas implicações na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento da participação das mulheres na tomada de decisões políticas.

Referências bibliográficas

ANDION, Carolina; MAGALHÃES, Thiago. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. Sociedade e Estado, v. 36, p. 513-543, 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOING, E.; BOING, A. Metodologia da pesquisa: trabalho de conclusão de curso - TCC. Unidade 4 - Revisão de literatura, módulo 19, página 81. Moodle UNA-SUS, UFSC, p. 81, 2010.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Novos estudos CEBRAP, v. 36, n. 1, p. 187- 213, 2017.

COLONEZE, Renata Lemos; MORANI, Carla do Nascimento Santos. Os desafios dos Conselhos de Direitos da Mulher na luta pelo fim da violência de gênero. 2013. Disponível em:
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386624635_ARQUIVO_RenataLemosColoneze.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

DEWEY, John. Le public et ses problèmes [1927]. Publications de l'Université de Pau, Farrago/Edittions Léo Scheer, Pau, 2003.

FISCHER, Frank. What is critical? Connecting policy analysis to political critique. Critical policy studies, v. 10, n. 1, p. 95-98, 2016.

FISCHER, Frank. Democracy and expertise: Reorienting policy inquiry. OUP Oxford, 2009.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. Dados, v. 59, p. 609-650, 2016.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. CEPAL, Santiago, n.45, jun. de 2003. Série Mujer y Desarrollo.